

Crédito, moeda e estratégias de negociação na economia algodoeira dos sertões da Bahia: os negócios de Antônio da Silva Prado no início do século XIX (1810-1816)^a

Credit, currency, and negotiation strategies in the cotton economy of the Bahia backlands: Antônio da Silva Prado's business dealings in the early 19th century (1810-1816)

Zezito Rodrigues da Silva^b 

Universidade do Estado da Bahia, Departamento
de Ciências Humanas, Caetité (BA), Brasil

Resumo: O presente estudo tem como objetivo evidenciar as estratégias de financiamento da economia algodoeira nos sertões da Bahia, no início do século XIX. Busca-se apresentar os processos de produção e circulação da riqueza sertaneja nesse contexto, a lógica de acumulação, reprodução, enriquecimento e conversão dos recursos amealhados por categorias de negociantes e plantadores do Alto Sertão da Bahia. Para isso, recorreu-se aos arquivos pessoais de Antônio da Silva Prado em sua participação nos negócios na Vila de Caetité entre 1810 e 1816. Os resultados contribuem para revelar o perfil da economia sertaneja, sua inserção no mercado interno colonial e a mobilização de recursos para o empreendimento econômico algodoeiro e suas múltiplas articulações.

Palavras-chave: Economia algodoeira. Moeda e crédito. Sertões da Bahia.

Abstract: This study aims to highlight the financing strategies of the cotton economy in the backlands of Bahia in the early 19th century. It seeks to pres-

Editoras responsáveis: Natânia Silva Ferreira e Silvana Andrade dos Santos

^a Submissão: 01/09/2025 | Aprovação: 09/10/2025 | DOI: 10.29182/hehe.v28i4.1094

^b zrsilva@uneb.br

O autor declara não haver conflito de interesse.



Esta publicação está licenciada sob os termos
de Creative Commons 4.0 Internacional

ent the processes of production and circulation of backlands wealth in this context, and the logic of accumulation, reproduction, enrichment, and conversion of resources amassed by merchants and planters in the Alto Sertão region of Bahia. To this end, we used the personal archives of Antônio da Silva Prado, who participated in business in the town of Caetité between 1810 and 1816. The results contribute to revealing the profile of the backlands economy, its insertion into the colonial domestic market, and the mobilization of resources for the cotton economic enterprise and its multiple articulations.

Keywords: Cotton economics. Currency and credit. Backlands of Bahia.

JEL: N 26. N96.

Introdução

O advento da Revolução Industrial na Inglaterra na segunda metade do século XVIII, teve como centro a economia têxtil. A alta demanda pelo algodão como matéria prima essencial para a produção de tecidos e o coincidente processo de independência das colônias americanas, principal área cotonicultora e fornecedora dessa matéria-prima para os ingleses, provocou a necessidade de substituição dessa área por outras áreas tropicais. Assim, Índia, Egito, Turquia e Brasil passaram a compor os principais centros produtivos que substituíram o cinturão cotonicultor americano.

O aquecimento da economia têxtil fez com que, no Brasil, fossem buscadas as principais áreas com potencial produtivo. As terras que vão das regiões do agreste de Pernambuco até o Maranhão, além de regiões da Bahia, constituíram as principais áreas cotonicultoras. Na Bahia, áreas do litoral, especialmente da Vila de Camamu¹ que receberam as primeiras lavouras de algodão, foram substituídas pelas terras do Alto Sertão da Bahia, conhecidas como “Catingas altas”², onde encontrou as condições ideais para o seu desenvolvimento.

A demanda crescente pelo produto e consequentes preços atrativos do mercado britânico provocou verdadeira corrida pela produção do chamado “ouro branco”. Segundo os estudos de Alexey Krichtal (2013), as importações britânicas de algodão cresceram de 1,6 milhão de libras em 1741 para uma média anual de 4,7 milhões de libras em 1771-1775 e 56 milhões de libras em 1800.³ Isso significa um crescimento de 293,7%,

¹ Localizada na baía de Camamu, a Vila teve sua origem em uma aldeia indígena fundada no século XVI como título de Aldeia de Nossa Senhora da Assunção de Macamamu, tornando-se importante centro produtor de alimentos e outros gêneros, subsidiando o recôncavo açucareiro da Bahia, durante o período colonial. Ver: Gomes, Ana Elizabeth Costa (2008). “A Baía de Camamu e a diáspora africana: vivências, memórias e a construção da identidade étnica em Porto do Campo”. <http://www.posafro.ufba.br/_ARQ/dissertacao_ana_gomes.pdf>. Consultado em 27 de setembro de 2025.

² Referência à vegetação do bioma catinga com a presença de espécimes arbóreos, presentes no território do Alto Sertão da Bahia, citado no relatório produzido pelo Coronel Bitencourt referente à cotonicultura da Bahia, em finais do século XVIII. Bitencourt (1798).

³ Na tese intitulada *Liverpool and the Raw Cotton Trade: A Study of the Port and its Merchant Community, 1770-1815*, Alexey Krichtal estuda a importação de algodão cru feita pelo Porto de Liverpool. Ele monta um banco de dados a partir das listas de importação publicadas nos jornais de Lancashire, cruzando-as com fontes dos plantadores, comerciantes e fabricantes de algodão. Ao constatar a ascensão do Porto de Liverpool como principal entrada do algodão na Inglaterra no

o que representa uma consolidação do mercado britânico, com demanda crescente e, portanto, incentivo aos produtores.

Parte significativa desse mercado era abastecida por algodão produzido em terras brasileiras, conforme atesta a pesquisa de Harley (2010). Com a demanda de novos fornecedores, o Brasil aumentou sua relevância nos pontos britânicos. Entre 1791 e 1801, o Brasil representou 40% das importações de Liverpool, rivalizando com as Índias Ocidentais.

Até 1800, o algodão era responsável por 28% do valor total das exportações portuguesas do Brasil, seguido do açúcar, destinados aos grandes mercados britânicos. Isso resultou no deslocamento do aparato produtivo disponível, como terras, escravos e recursos materiais, para a consolidação de uma estrutura produtiva que mobilizava a sociedade sertaneja local e promovia uma importante conexão com a economia do mercado interno que prevalecia na conjuntura.

O volume exportado pela Bahia estava em franca expansão, devido ao aquecimento do mercado e ao avanço da lavoura em seus sertões. Desde que foi implementada a cultura do algodão no Alto Sertão da Bahia, em finais do século XVIII, houve significativo incremento da economia sertaneja, com o aumento da produção, circulação de riqueza e o surgimento da cadeia de produtos econômicos a ela associada.

O deslocamento da área produtiva, antes localizada nas terras litorâneas da Bahia – a exemplo das terras do recôncavo da Vila de Camamu –, encontrou nos sertões as condições adequadas devido aos regimes de chuva, aos solos e às condições agrárias para produção. Isso fez com que o algodão passasse a figurar entre a segunda e a terceira posição na pauta de exportações da Bahia.

Segundo Barickman (2003, p. 58),

Embora a lavoura algodoeira nunca tenha alcançado na Bahia a importância que assumiu em outras partes do Nordeste, as exportações de algodão a partir de Salvador tiveram de fato um aumento extraordinário no final do século XVIII e início do século XIX. Passaram de menos de cem arrobas por ano na década de 1770 para uma média

período estudado, verifica a influência desse fato sobre as alterações geográficas sofridas pelas principais regiões fornecedoras dessa matéria-prima para a indústria têxtil, particularmente o deslocamento das Índias Ocidentais para o Brasil, Guiana e Estados Unidos.

anual de quase quarenta mil arrobas na segunda metade da década de 1790. As exportações continuaram a crescer durante as três décadas seguintes; dali em diante, porém, caíram bruscamente, passando de um total de quase trezentas mil arrobas em 1829 para uma média anual inferior a 45 mil arrobas na década de 1850.

Pode-se observar alguns elementos estratégicos para a compreensão do universo da exportação de algodão do Alto Sertão da Bahia no início do século XIX em fase de aquecimento do mercado. Em razão da deficiência presença de moedas para o financiamento e negócios com o algodão no Alto sertão da Bahia, observa-se, a partir das fontes arroladas, a significativa presença do ouro enquanto moeda presente nessas transações.

Em razão da presença de ouro em barras nas atividades mercantis do período colonial no início do século XIX, foram providenciadas mudanças por meio do decreto de 4 de agosto de 1808, exarado pelo Príncipe D. João, quando de sua chegada ao Brasil. Fazia parte dos diversos ajustes no sentido de regulamentar e incentivar as atividades econômicas. Mandava-se “estabelecer nesta Cidade [Rio de Janeiro] um banco para permutação das barras de ouro existentes em mãos particulares”.

O Alvará de 1º de setembro de 1808 “Ordena que circule em todas as capitâncias do interior as moedas de ouro, prata e cobre que correm nas de beira-mar, e, proíbe o curso do ouro cru em pó”. Por essa medida, incentivava e dinamizava as práticas monetárias das atividades mercantis, até então pautadas pela significativa presença das trocas, com baixa quantidade de moeda circulante. Além disso, esse alvará visava inserir o agente financeiro nessa relação com o Banco do Brasil, antes ausente, e cujo papel era assumido pelos próprios negociantes, como aqui demonstrado.

Essa legislação estava em consonância com o alvará publicado anteriormente, de 13 de maio de 1803, que instituía um sistema de controle da moeda e do ouro circulante, que seria realizado por meio da criação das Juntas Territoriais de Mineração, das Reais Caixas de Economia de Minas e Fundição e das Casas de Permuta.

O alvará publicado pelo rei buscava ampliar a circulação do ouro enquanto moeda e sua importância na dinamização das trocas mercantis, bem como o instituiu oficialmente para esses propósitos. Dessa forma, buscava evitar os desvios e cerceamentos na circulação da moeda, assim

como, pela emissão das barras de ouro devidamente quintadas e aferidas, estabelecendo maior controle, e pela liberação da circulação, buscou estimular o giro mercantil.

Para desenvolver os argumentos apresentados, este estudo foi desenvolvido com base na documentação de Antônio da Silva Prado, Barão do Iguape, importante empreendedor paulista com atuação destacada na consolidação da Independência e no Primeiro e Segundo Reinado do Império do Brasil, na Província de São Paulo (Schorer, 1976). Legatário de importantes empreendimentos naquela província, Silva Prado constituiu sua fortuna em sua passagem pelos sertões da Bahia, mais especificamente na Vila de Caetité, onde ocupou importantes posições junto ao poder camarário local. Nessa vila, constituiu-se negociante responsável pela exportação de algodão do alto sertão da Bahia para os portos de Salvador e lojista distribuidor de artigos manufaturados para as populações sertanejas.

Para esta pesquisa, foram consultados os arquivos pessoais, anotados pelo próprio Silva Prado, em suas atividades mercantis nos sertões da Bahia e outras localidades. Trata-se de um acervo composto por 27 livros de registro de suas atividades econômicas, envolvendo anotações pessoais e contábeis dos negócios desenvolvidos por Silva Prado.⁴

A documentação desse acervo foi analisada consoante ao recorte e aos objetivos propostos neste estudo. Portanto, buscou-se trabalhar apenas as informações que se referem ao período de sua atuação na vila de Caetité, entre 1810 e 1816, e no período seguinte, quando já era morador de São Paulo e ainda se relacionava com seu irmão e com outras pessoas que residiam nessa região da Bahia até por volta de 1820.

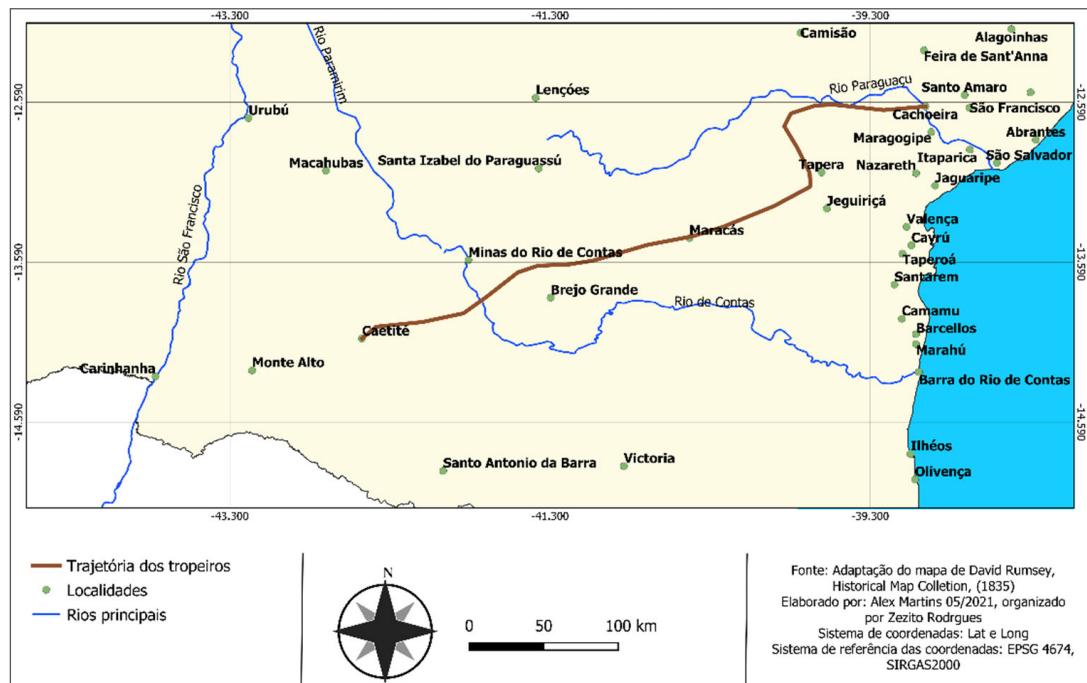
⁴ A documentação, localizada no Arquivo Público do Estado de São Paulo, é composta de diário de caixa do Banco do Brasil (1858), diário de caixa dos trocos e rebates da cidade de São Paulo (1819-1835), livro novo do imposto de animais do registro de Sorocaba (1820-1822), Livro do imposto de Guarapuava dos animais do Registro de Sorocaba (1820-1822), Recolhimento de Santa Thereza, Diário Geral de A.S.P. (1820-1825/1825-1830/1835-1838/1842-1850), Contas correntes do novo império dos triênios 1820-1822/1823-1825, Livro de Contas Correntes de A.S.P (1810-1819), Livros de contas correntes (1º ao 5º/1810-1852), Contas correntes da loja A.S.P. NA Bahia, 1812-1818, e copiador de cartas do barão do Iguape, Livros copiadores de cartas (2º ao 11º / 1818-1861), Livro de contas correntes de E. da Silva Prado, 1792-1844; idem, como barão do Iguape, 1856-1866, 2º borrador do barão do Iguape, 1856-1866, Diário geral do barão do Iguape, 1850-1857 e Diário do barão do Iguape, 1870-1873. Para não perder o foco da pesquisa, ela dedicou-se apenas à documentação relacionada entre o final do século XVIII e o início do século XIX (até o ano de 1819).

Ao tomar contato com a documentação, relativa ao período em que atuou como negociante nos sertões da Bahia, percebe-se a diversidade de produtos com que Prado abastecia seu negócio e como ele se relacionava com as mais diversas pessoas do lugar, evidenciando seu tino apurado para a atividade que exercia. Mais do que isso, a documentação revela um modelo de negócios que traduzia o perfil da economia mercantil colonial.

As características dessa economia envolviam um sistema de créditos que financiava a produção agropastoril e a policultura dos sertões, para o qual as relações de confiança e vínculos afetivos eram credenciais indispensáveis. Essa relação produzia efeitos de dupla mão: se, de um lado, o negociante fava na entrega de suas mercadorias compradas à vista, por vezes, até que o produtor pudesse saldá-las com a colheita que estava por vir, por outro lado o produtor também mantinha valores em mãos do negociante, até que esse pudesse recompor o numerário necessário para repor seu estoque e iniciar novo giro de compras e redistribuição.

Essa articulação econômica entre produtores e negociantes permitia a perenidade das relações dos sertões da Bahia com outros centros comerciais, não apenas na Bahia, por meio dos portos de Cachoeira e Salvador, através de um fluxo de gêneros tropicais, como o algodão, e do refluxo de manufaturados que abasteciam as lojas sertanejas. Esse fluxo também se observa em relação ao comércio com as Minas Gerais, que, a esta altura já se integrava ao mercado carioca de abastecimento de gêneros para consumo interno (Chaves, 2003). Isso demonstra a inserção das regiões alto sertanejas no mercado interno colonial, que teve por condição o caráter articulado enquanto circuito mercantil exportador.

Figura 1 – Trajetória do deslocamento dos tropeiros entre a Vila de Caetité e o Porto de S. Félix da Cachoeira (BA)



Fonte: adaptação do mapa de David Rumsey, Historical Map Collection (1835).

O mapa localiza a vila de Caetité, Alto Sertão da Bahia, região que em finais do século XVIII desenvolveu a economia do algodão, e a rota de deslocamento desse gênero até o porto da Cachoeira, às margens do Rio Paraguaçu, de onde era transladado para o porto de Salvador e daí para a Inglaterra. Por meio da atividade tropeira, o algodão era deslocado em grandes distâncias, cumprindo também o papel de abastecimento dos sertões.

Por trás da integração, contudo, estava uma relação baseada na complementaridade desses dois segmentos da economia. Essa relação trazia uma tendência que se firmava na economia colonial. Os negociantes que conseguiam dominar os circuitos de comércio entre praças importantes mantinham um controle quase monopolizador dessas rotas mercantis. Para isso, precisavam conhecer e operar as formas de crédito e financiamentos disponíveis, estruturadas a partir de redes mercantis e de sociabilidade que marcavam as economias coloniais.

1. A importância dos sistemas de créditos para as economias coloniais

Um dos fundamentos centrais para a boa análise da economia em determinado contexto é a observância do sistema de créditos e da forma como a moeda circula. Essa é uma condição a considerar para se determinar o modelo econômico adotado. Para o período em análise, o sistema de créditos é condição fundamental para o giro econômico.

Sabe-se que, embora não houvesse um sistema regulado e bem estruturado durante a Colônia até as reformas do início do século XIX, quando se fundou o Banco do Brasil, algumas instituições cumpriam esse papel. As mais importantes eram as Santas Casas de Misericórdia e os Juizados dos Órfãos, responsáveis por gerir as heranças até a plena condição dos menores assumirem seu controle. Os recursos sob guarda dessas instituições foram fundamentais na composição de sistema de financiamentos e créditos mobilizados na dinâmica mercantil colonial (Santos, 2022).⁵

Havia também alguns segmentos sociais, notadamente os negociantes que, ao lidar com a ampla circulação das mercadorias e das moedas, cumpriam o papel de financistas ou depositários de somas monetárias. Esses recursos eram utilizados no refinanciamento do próprio negócio, no subsídio aos produtores que participavam da cadeia de produtos com os quais negociavam ou em eventuais socorros de membros de sua rede de contatos (Pesavento, 2018).⁶

Uma das práticas verificadas, nessas relações de financiamento e conversão de capitais em um processo de acúmulo, foi a conversão da riqueza monetária em ouro. Essa prática era pautada pelo entesouramento ou patrimonialização da riqueza produzida pelos negociantes e produtores, no início do século XIX na região em estudos, como estratégia para garantir e promover a proteção da riqueza (Silva, 2023).

⁵ Em estudo detalhado sobre a Santa Casa de Misericórdia da Bahia para o período entre 1777 e 1808, Augusto Fagundes da Silva Santos mergulhou no universo creditício, identificando e apontando de que maneira essa instituição atuou enquanto instrumento financeiro de suporte à dinâmica econômica da Bahia e suas praças.

⁶ No tópico intitulado “Os agentes do crédito fluminense e as redes transimperiais”, Fábio Pesavento (2018) nos apresenta, a partir de seus estudos, o papel ocupado pelos homens de negócios na economia fluminense do final do século XVIII, enquanto agentes financeiros na dinâmica mercantil do período.

Segundo Martinho e Gorenstein (1993), havia largo interesse entre negociantes de grosso trato⁷ pela conversão da riqueza em ouro, considerando que esse metal proporcionava ampla liquidez para o giro de seus negócios. Para as autoras, “Em um país como o Brasil, que, desde os tempos coloniais, sofria uma crônica falta de capitais e moedas, o principal problema do setor mercantil era o equilíbrio existente entre o volume das transações e a insuficiência da moeda circulante” (Martinho; Gorenstein, 1993, p. 147).

Proprietários e outros pequenos senhores seguiam esse procedimento como estratégia de controle da riqueza social. Contudo, para o negociante, a posse de metais preciosos e moedas era o que determinava a sua capacidade de controlar redes de circulação da produção e, com elas, a influência na sociedade na qual operava:

A força do negociante de grosso trato residia em sua liquidez, isto é, na sua possibilidade de ter, em mãos, dinheiro para aplicação imediata. Nestas condições, o entesouramento da maior quantidade possível de moedas e barras de ouro e prata constituía-se em uma medida precaucionária, de extrema importância, perante a não existência na colônia de bancos e casas financeiras capazes de lhes fornecer crédito imediato. No período colonial, a não ser os empréstimos a juros feitos por irmandades religiosas, viúvas ricas e alguns funcionários públicos, que neste modo procuravam aumentar as suas economias, o negociante tinha que contar com os seus próprios meios financeiros no exercício de suas atividades comerciais. (Martinho; Gorenstein, 1993, p. 147)

A condição de dispor de moedas ou de ouro em barras garantia maior capacidade de controlar com influência determinada rede de negócios, conforme citação anterior. Embora não apenas os negociantes dispusessem desses recursos, a exemplo de outros agentes (órfãos e viúvas, instituições religiosas etc.), estes tinham a capacidade de diversificar e reinvestir o ca-

⁷ A historiografia brasileira consolidou a categoria dos homens de grosso trato, visando distingui-los daqueles que se dedicavam à mercancia retalhistas, relacionadas às atividades mercantis. Além de operarem com o comércio em grande escala, conectando as várias praças do império português, essa condição lhes proporcionava distinção social e acesso aos principais lugares de governança, especialmente das estruturas camarárias das vilas (Fragoso, 1998).

pital remunerado, enquanto aqueles possuíam posição mais conservadora ou patrimonialista em relação aos recursos de que dispunham.

A posição de Silva Prado, proprietário de loja de gêneros tão variados que sortiam a população sertaneja do Alto Sertão da Bahia, colocava-o como principal intermediador do comércio regional de algodão e outros gêneros. Afinal, essa condição era marcada pelas imensas dificuldades no transporte com altos custos, riscos no envio e demora na entrega e recebimento de pagamentos, além da grande disponibilidade de toda a variedade de gêneros necessários ao reinvestimento na lavoura (mantimentos, ferramentas, escravizados etc.).

Essas e outras estratégias, além de sistema de créditos que se verificava recurso fundamental para a ampliação da produção agrícola, tornava sedutora a relação mercantil estabelecida com Silva Prado. A condição central que o favorecia no domínio do comércio com os sertões era a sua disponibilidade de grande numerário, acumulado pela sua capacidade de arriscar-se em negócios, como o comércio de sal, pólvora, muares, objetos de luxo, escravos e algodão. As conexões que possuía com outras praças viabilizou a rápida conversão de seus lucros em riqueza amoedável. Isso proporcionava a liquidez necessária para a rápida circulação e multiplicação de riquezas.

Estudos mais recentes sobre a questão do crédito na economia colonial⁸ refutam a tese de que os sistemas de financiamento, pelos quais o financiador recebia em mercadorias os valores financiados, era devido à escassez de moedas. Essa tese ganhou força e foi amplamente acolhida em outras pesquisas.⁹

As revisões mais recentes, promovidas pela história econômica, buscam refutar essa posição. A tese de uma nova posição sobre o perfil da moeda e do crédito na economia colonial, surgiu com a pesquisa de Rae Flory (1978). Com base nos estudos feitos no contexto açucareiro baiano, amparado por farta documentação, a autora não constata em seus estudos a necessária dependência do produtor de açúcar com os seus financiadores.

⁸ Ver Carrara (2020).

⁹ Estudos como os de Roberto Simonsen (1937) inauguraram a tese da escassez da moeda como explicação para recursos alternativos na economia brasileira.

As pesquisas que se seguiram constataram, contudo, que não havia uma evidente escassez de moedas na economia colonial e que justificasse a importância central do crédito para essa sociedade. Outros fatores estavam associados ao recurso ao crédito, a exemplo da manutenção do luxo e ostentação de uma sociedade para qual a representação da riqueza era um valor considerável, constituindo capital político para as sociedades do Antigo Regime, por exemplo.¹⁰

A concentração da moeda em alguns setores da economia e o entesouramento pessoal também eram motivos de baixa circulação em algumas regiões. Em outras situações, as moedas metálicas de alto valor, ouro e prata, eram utilizadas em situações exclusivas que envolviam grandes somas de valores nas transações comerciais. Por isso havia a percepção da falta de moeda circulante (Carrara, 2020).

No caso em apreciação – a economia algodoeira dos sertões da Bahia – prevalecia tanto o comércio de pequenas ou de médias quantidades dos produtores quanto os negócios envolvendo volumes maiores feitos por negociantes como Silva Prado. Por isso, é provável que prevalecesse aí, com maior dominância, o sistema de financiamento que envolvia os recursos de produção e bens de consumo, tendo a produção algodoeira como remuneração pelo capital financiado (Silva, 2023).

Outra fonte de rendas importante para o financiamento interno era o controle da arrematação de rendas públicas, advindas de outros segmentos. Ao apreciar o *Livro de Arrematação e Fianças da Câmara da Vila de Caetité de 1814*, observa-se a presença dos principais arrematadores e seus fiadores, compondo redes de interesses que estabeleciam apoio recíproco (APMC, 1814).

Sabe-se que a constituição de crédito em caráter privado dependia de uma teia de relações, que envolviam financiadores e financiados, cuja base do relacionamento era a confiança interpessoal. Para a sociedade do Antigo Regime português, de base cultural católica e com feições sociais ainda corporativas, essas redes de sociabilidade envolviam relações que ultrapassavam a simples dimensão econômica. Como nos lembra Carlos Gabriel Guimarães:

¹⁰ Caio Prado Júnior (1942) levanta essa questão em seus escritos.

Do latim *creditu*, a palavra *crédito* significa *confiança*, o que em termos econômicos e financeiros é uma “transação comercial em que um comprador recebe imediatamente um bem ou serviço adquirido, mas só fará o pagamento depois de algum tempo determinado”. O pagar à vista ou a crédito uma transação comercial e financeira constitui-se numa das questões mais importantes sobre a dinâmica da economia e da sociedade brasileira, como também da latino-americana. (Guimarães; Saraiva, 2018, p. 10)

Carrara (2020), ao fazer um balanço dos estudos sobre o crédito na economia colonial, identifica-o como um elemento central no financiamento dos empreendimentos da economia tropical. Isso se deveu em razão de haver uma certa modelagem na disponibilidade das moedas circulantes naquela economia, que dependia da natureza das atividades econômicas, corroborado por alguns autores (Calógeras, 1910; Simonsen, 1937; Arruda, 1972; 1980). Essa condição teria constituído zonas econômicas com maior ou menor disponibilidade monetária, ocupando o crédito uma função equilibradora da circulação de riqueza entre essas regiões e as respectivas economias complementares.

Esse sistema integrava uma economia política do Antigo Regime, cuja constituição de redes de sociabilidades, econômicas e de poder influenciava na acumulação de riquezas que era, por vezes, feita na constituição de bens de raiz, prescindindo de ampla disponibilidade de moedas. Assim, temos um fundamento que equaciona o papel do crédito como elemento lastreador das relações socioeconômicas e políticas da colônia

Sampaio (2002), em estudos sobre o mercado carioca de crédito entre 1650 e 1750, afirma que o crédito na sociedade carioca colonial era absolutamente crucial para todos os setores daquela sociedade. Ao identificar as diversas categorias sociais representados nas estruturas políticas, Sampaio percebeu a relação entre as posições na hierarquia política e o acesso ao crédito. Ele também identificou o Juízo de Órfãos como uma das principais fontes finanziadoras do crédito na sociedade carioca para o período estudado.

Melo (2017), ao tratar da economia colonial pernambucana, reconhece o papel central do crédito como mecanismo singular na dinâmica da produção de açúcar naquela capitania. Para ele, era o crédito que

permitia aos senhores de engenho adquirir mercadorias vindas de fora, funcionando por meio de empréstimos em fazendas por parte dos mercadores e homens de negócios aos senhores de engenho e lavradores de cana. Estes, por sua vez, pagariam esses empenhos com os rendimentos das safras vindouras de açúcar. Isso na prática gerava tensões na relação entre o crédito e o endividamento crônico, cuja execução de dívidas promovia contração no fluxo de capitais.

Por isso, a apreciação dessa questão revela-se central para a compreensão da economia mercantil dos sertões, no início do século XIX. Perscrutar a forma como o crédito era disponibilizado e as finanças eram manejadas constitui requisito para compreensão de seus resultados.

2. Desvendando o negócio do algodão: principal fonte do enriquecimento de Antônio da Silva Prado

As atividades econômicas de Antonio Silva Prado que abrange o período compreendido entre outubro de 1815 e junho de 1816, os dados contábeis apresentam um ciclo de exportação de algodão dos sertões da Bahia, registrado mês a mês, com detalhes que permitem análise do comércio desse produto. Nas tabelas, a seguir, discriminam-se esses registros.

Tabela 1– Relação de cargas de algodão exportadas por Silva Prado em 1815-1816

Principal das minhas Cargas ano de 1815 / 1816							
Data	Tropeiro	Cargas algodão	Valor / cargas	Fretes	Tecido p/ embalar	Imposto Taxas	Valor total
05/10/1815	José Thomas Ribajem	10	351\$700	100\$000	4\$900	\$800	457\$400
31/10/1815	Francisco Pinto	2	29\$900	20\$000	\$840	\$160	50\$960
02/11/1815	Lino José Urbano	10	260\$000	100\$000 (aprox.)*	4\$800	\$800	265\$600
25/11/1815	Antônio de Araújo	20	272\$000	200\$000	8\$400	1\$600	509\$000
18/12/1815	Tropa do Sete	68	1:360\$000 (aprox.)	680\$000 (aprox.)	30\$000 (aprox.)	5\$440	2:007\$800
N/I	José Thomas Ribas	3	66\$240	30\$000 (aprox.)	1\$470	\$240	97\$950

(continua)

Tabela 1 – Relação de cargas de algodão exportadas por Silva Prado em 1815-1816

Principal das minhas Cargas ano de 1815 / 1816							
Data	Tropeiro	Cargas algodão	Valor / cargas	Fretes	Tecido p/ embalar	Imposto Taxas	Valor total
31/12/1815	Vicente José da Costa / André de Mello	6	98\$000	72\$000	2\$940	\$480	173\$420
05/02/1816	Fernandes Borges	28	560\$000	316\$000	12\$600	2\$240	910\$840
21/02/1816	José Thomas Ribas	5	85\$000	60\$000	2\$380	\$400	147\$700
27/02/1816	José da Costa	7	84\$000	60\$000	3\$220	\$560	206\$780
05/03/1816	Lino José Urbano	20	442\$000	260\$000	15\$400	\$560	719\$480
21/03/1816	Manoel Dias	10	190\$000	130\$000	5\$440	\$800	325\$441
22/03/1816	Adão Vieira de Barros	34	638\$000	442\$000	17\$760	2\$720	1:100\$480
29/03/1816	Tropa do Sete	60	1:095\$00	620\$000	28\$800	4\$800	1:748\$600
01/04/1816	Manoel de Souza	6	102\$000	78\$000	3\$040	\$480	183\$520
07/04/1816	Manoel Ignácio	33	597\$000	416\$000	17\$000	2\$560	1:032\$560
17/04/1816	Manoel Fernandes da Silva	3	90\$000	30\$000 (aprox.)	1\$600 (aprox.)	\$480 (aprox.)	122\$080
20/04/1816	Manoel de Souza	3	51\$400	30\$000	1\$600	\$480	83\$080
1º/05/1816	André de Mello	11	190\$000	110\$000	5\$600	\$480	306\$480
05/06/1816	André de Mello	26	425\$000	180\$000	5\$600	3\$400	614\$000
11/06/1816	João Porto de Souza	12	254\$440	72\$000	4\$320	\$640	331\$400
12/06/1816	Theodoro Pereira	6	150\$000	60\$000	3\$360	\$480	213\$840
14/06/1816	Manuel de Arruda Roiz	9	223\$000	90\$000	4\$560	\$640	318\$200
20/06/1816	Manuel Ignácio	22	572\$000	220\$000	13\$400	1\$760	793\$760
TOTAIS		414	8:186\$680	4:196\$000	199\$03	33\$000	11:757\$671

Fonte: AESP – Livro de Registro Contábil de Antônio da Silva Prado (1810).

(*) Os registros sinalizados com o indicativo “(aprox.)” referem-se a cálculos aproximados com base na média dos valores registrados para outras remessas de algodão, considerando as lacunas existentes na documentação.

Os dados dispostos na Tabela 1 permitem algumas análises. Em primeiro lugar, percebe-se, pelo registro sequenciado, que se trata da remessa da safra de algodão do ano anterior, ou de estoques advindos das negociações estabelecidas com os produtores que, no processo de recebimento de eventuais dívidas de financiamento da lavoura, permitiram o acúmulo dessas cargas em estoques.

Considerando que o período do registro (outubro de 1815 a junho de 1816) se refere à temporada das chuvas, ou das “água”, como se diz nos sertões, e coincide com a época de plantio, logo confirma o estoque das cargas de safras anteriores. Conclui-se, portanto, que a estocagem do produto era mais uma estratégia utilizada por Silva Prado e outros negociantes, visando regular a oferta do produto e fazer frente às flutuações de preços do mercado de algodão.

Em segundo lugar, chama a atenção o montante negociado para o período, próximo a 12 contos de réis. Esses valores se referem aos custos de aquisição, enfardamento, taxas e envio, não ao volume total do negócio, pois não se registra o preço de vendas com a inclusão de lucros. Calculando o volume do algodão remetido para o período relacionado, chega-se ao total de 414 cargas ou 2.277 arrobas, considerando a média de 5,5 arrobas de 15 kg por carga, ou 34,2 toneladas aproximadamente, remetidas apenas por Silva Prado no período do registro. Trata-se de número significativo para apenas um exportador, o que ilustra a participação relevante da produção sertaneja exportada pelas tropas.

A terceira informação relevante refere-se ao volume de tropeiros atuando nas atividades mercantis sertanejas e cargas transportadas. Se considerarmos que muitos tropeiros transportavam a própria produção – por isso, não estão relacionados nos registros de Silva Prado –, vê-se o volume de tropeiros e a relevância da atividade tropeira e todos os seus desdobramentos, como o comércio de muares na região.

Se considerarmos que cada carga equivale, naturalmente, a uma besta ocupada na tropa, deve-se projetar um número ainda maior de animais do que o número das cargas, pois o total de bestas ultrapassava esse volume de cargas. Seguiam com a tropa alguns muares desocupados para revezarem com os animais cansados, ou machucados pela longa e penosa marcha, além de outras bestas ocupadas com o envio da matalotagem,¹¹ como milho

¹¹ Matalotagem - (ma.ta.lo.ta.gem) sf. 1. Mar. Conjunto dos alimentos reservados para o sustento,

para ração dos animais, alimentação para tropeiros e outros apetrechos de viagem. Tem-se, assim, uma indicação de quão numerosas eram essas tropas. Lembre-se ainda que com o algodão seguiam outros produtos relacionados nos registros das remessas de Silva Prado, a exemplo das cargas de sal e de pólvora, que necessitam ser melhor investigadas.

Outra informação importante que advém dessa análise é o custo dos fretes. Para cargas de algodão adquiridas entre 12 mil e 30 mil réis, os fretes variavam de 9 a 17 mil réis, ou mais de 50% de seu valor, gastos expressivos que impactavam fortemente nos custos de comercialização e, naturalmente, na lucratividade dos produtores e comerciantes de algodão.

Os valores dos fretes garantiam o interesse e a profusão de tropas nos sertões da Bahia, conforme registro anterior, proporcionando um segmento importante da economia mercantil sertaneja. Essa atividade garantia também a importação de inúmeros gêneros para abastecer o comércio sertanejo, no retorno das tropas para entrega de algodão no porto de S. Félix da Cachoeira.

Destacam-se, nesses registros, grande variação de preços pagos pelas cargas de algodão. Não parece racional que o algodão da mesma safra tenha variações de valores no preço de compra em mais de 100%. Ao nos debruçarmos sobre os registros contábeis de Silva Prado, verificamos que essas variações estão relacionadas à forma como a carga de algodão era adquirida por ele.

Para o algodão adquirido mediante financiamento prévio da atividade produtora, percebem-se valores pagos com deságio. Conclui-se com isso que tais adiantamentos podem ser percebidos como estratégias de remuneração do capital emprestado via financiamento, ou seja, a lavoura financiada era garantia de aquisição por preços mais mórdicos.

Nota-se, com isso, que as negociações de preços tinham caráter absolutamente subjetivo, o que reforça a importância da rede de relações pessoais que marcavam o caráter mercantil da economia sertaneja. Outra variável significativa, que possivelmente interferia, quer na negociação sobre o preço final da carga de algodão paga por Silva Prado, quer nos

ger. da tripulação de um navio, durante uma viagem; PROVISÃO. 2. Pext.. Provisão de víveres, de alimentos. In: *Dicionário Online Aulete Digital*. Disponível em: <<http://www.aulete.com.br/matalotagem>>. Acesso em: 5 maio. 2020.

gêneros vendidos aos produtores, era o grau de afinidade estabelecido com os eles.

Além destes, outros custos ganham destaque, a exemplo do tecido utilizado para o enfardamento do algodão. O registro dá conta das inúmeras “varas de pano” utilizadas para esse fim, o que sugere uma relevante atividade também associada à cotonicultura sertaneja. Os registros não detalham, mas sugerem tratar de tecidos grosseiros produzidos na própria região, considerando a presença dos teares mecânicos de madeira que ainda hoje se verificam, já em fase de extinção. Vê-se, portanto, uma cadeia produtiva do algodão que marcou a economia sertaneja desde finais do século XVIII.

Finalmente, embora de monta muito menor do que outros custos associados à atividade mercantil sertaneja, registravam-se os valores das taxas de “contagem”, que era como se registravam nos livros de Silva Prado as taxas públicas pagas para a fiscalização e registro do comércio algodoeiro nos livros de assento da Câmara. Essas taxas integravam as rendas camarárias, importantes recursos na manutenção dos equipamentos públicos.

Os registros não dão conta da movimentação completa do comércio de algodão, mas um dado chama a atenção por indicar os valores praticados na venda do produto e a margem de lucros aproximada conseguida por ele. Seguem os dados tabulados:

Tabela 2– Cargas de algodão vendidas por Silva Prado em 1816

Total de cargas vendidas ao sr. Gabriel Henriques Pessoa				
Data	Cargas vendidas	Arrobas ¹²	Valor / arroba	Valor total
20/01/1816	13	72	8\$000	579\$060
03/02/1816	6	33	8\$000	268\$958
16/03/1816	28	154	7\$200	1:199\$014
04/05/1816	49	280	8\$050	2:254\$120
10/05/1816	62	333	8\$200	2:731\$830
16/05/1816	5	28	9\$000	253\$468
18/05/1816	49	275	9\$000	2:476\$024
05/06/1816	15	85	9\$000	764\$668
05/06/1816	1	5,5	9\$000	51\$120
05/06/1816	3	17	9\$000	154\$427
TOTAIS	231	1.282,5	-	13:666\$336

Fonte: AESP – Livro de Registro Contábil de Antônio da Silva Prado (1810).

A primeira informação a sublinhar nesses dados é a compra do algodão por Gabriel Henriques Pessoa, cuja casa comercial faria a intermediação da venda do algodão para os mercados ingleses. Ocorre que a casa comercial do Sr. Gabriel Pessoa estava localizada no centro antigo de São Paulo, sendo possivelmente um comerciante de grosso trato que possuía agentes nos portos da Bahia. Essa casa também era uma grande importadora de gêneros, que provavelmente seriam intermediados na relação mercantil com Silva Prado para a venda nos sertões da Bahia.

Ao longo dos livros contábeis de Silva Prado, observam-se inúmeros registros de transações com o negociante Gabriel Henriques Pessoa, com quem ele mantivera relações comerciais por alguns anos, atestando um vínculo comercial que garantia eficiência da rede mercantil estabelecida por Silva Prado.

O segundo dado, não menos importante nesse registro, é o volume de algodão envolvido na negociação e seu valor correspondente. As 1.282,5

¹² Valores projetados, considerando a referência média de 5,5 arrobas por carga.

arrobas de algodão negociadas correspondem a cerca de 20 toneladas, com valor total superior a 13 contos de réis. Ao confrontar as datas em que as operações foram realizadas, pode-se deduzir que se tratava do algodão exportado nos registros anteriores.

Tomando por base essa reflexão, pouco mais de 55% do total de algodão exportado, e o seu valor de venda, já superam o custo total da exportação, o que constitui pouco mais de 11 contos de réis. Com isso, essa venda teria rendido já para Silva Prado lucro de quase 2 contos de réis, e ainda lhe restara cerca de 45% das cargas a serem convertidas.

Conclui-se, portanto, que os negócios com o algodão, mesmo considerando os altos custos de fretes com o transporte das cargas do Alto Sertão da Bahia para os portos de Cachoeira e Salvador, eram capazes de produzir alta lucratividade, o que se deveu muito mais à cadeia de comércio que envolvia diretamente a compra de algodão e produtos consorciados e aos mecanismos de financiamento.

Estes eram baseados em negociação individual, no fornecimento de artigos manufaturados aos cotonicultores e ao processo de conversão de capital em ouro associado ao financiamento da produção e aquisição de bens de consumo. Tudo isso era feito praticando deságio na compra e superdimensionamento do valor de venda. Isso explica a dedicação de negociantes como Silva Prado a esse negócio e os resultados obtidos em tão pouco tempo em que se dedicara a ele, fazendo-o retornar a São Paulo com os cabedais que o credenciaram para os grandes negócios que faria nas províncias do sul.

3. Crédito e financiamento da lavoura algodoeira nos sertões da Bahia: o caso de Antônio da Silva Prado

Em 25 de janeiro de 1810, Prado registrou em suas anotações algumas informações relacionadas às práticas de financiamento dos produtores de algodão nos sertões da Bahia, que estão apresentadas na tabela a seguir. Nelas percebem-se os valores em dinheiro entregues para o financiamento da produção de algodão, ao contrário de outros registros, que estão relacionados a objetos de consumo doméstico.

Tabela 3 – Exemplo de financiamento à produção algodoeira nos sertões da Bahia por Antônio da Silva Prado

Caetité 25 de Jan. ^o o Sr. Aquiles Manoel José da Cunha	[Valores]
Dr. ^o [dinheiro] q' lhe dei p. ^a dar nas pr. apanha @ de algodão	12\$072
Dr. ^o [dinheiro] mais em 30 de Jan. ^o p. ^a dar em algodão	12\$072
Dr. ^o [dinheiro] em 11 de Fev. ^o p.a dar em caroço arrobas	12\$072
Dr. ^o [dinheiro] tudo(?)	12\$000
Dr. ^o [dinheiro] mais.	6\$000
Ao Soriano	\$880
R.cby 46 Jz. @ de algodão a 3\$200	18\$880
Pagou em Algodão (...) a quantia	14\$880
Resta pagar	4\$000

Fonte: AESP – Livro de Registro Contábil de Antônio da Silva Prado (1810).

Pode-se perceber, pelo registro da Tabela 3, que os valores praticados para a remuneração da arroba de algodão estavam relativamente defasados em relação aos valores vigentes no mercado, o que constitui uma importante estratégia de remuneração do capital investido. Enquanto no mercado regional o valor da arroba girava entre 3\$200 e 5\$500 réis, o valor remunerado por Silva Prado via subsídios aos plantadores, girava entre 2\$000 e 2\$500 réis a arroba.

Aí residia, talvez, a principal estratégia para um comércio lucrativo com pequena base monetária e um sofisticado sistema de trocas e créditos, que redundava em altos lucros para o negociante e promovia maior capacidade dos produtores de tocarem suas atividades. Esse sistema foi rapidamente apropriado por Silva Prado, que o dominava e, por meio dele, reuniu grosso cabedal transferido para futuros negócios em São Paulo.

Ao analisar os comerciantes que abasteciam o Rio de Janeiro, no início do século XIX, Lenharo (1976, p. 36) refere-se a essa prática de financiar a produção local com os insumos e gêneros necessários ao produtor como manobras usadas pelos intermediários que “costumavam fazer adiantamentos aos agricultores [...]. Ao mesmo tempo, aproveitavam-se do compromisso firmado, passando aos lavradores os produtos [...] encarecidos pelos impostos urbanos [...]. Entre as táticas dos agricultores

que se dedicavam ao negócio do algodão, manter-se em condições de continuar a produzir e, por meio de seus produtos, conectar-se ao mercado interno, seria pactuar com os negociantes algumas formas de partilharem os lucros da produção e o controle desse mercado consumidor. Gorenstein (1993) nos apresenta algumas dessas táticas, ao se referir aos pequenos negociantes da praça carioca, no início do século XIX. Diz ela:

Para os negociantes menos abastados, o comércio de abastecimento da capital permitiu a obtenção de lucros compensadores, se bem que menores do que os obtidos pelos grandes empresários. Este comércio era feito de dois modos; ou o negociante envia à região produtora um caixearo de sua confiança para adquirir diretamente os gêneros de que necessitava ou então trabalhava com o produtor no sistema de consignação. No primeiro modo, o caixearo pegava a mercadoria comprada à vista, cuidava do seu embarque e a acompanhava até o seu destino. Pelo sistema de consignação, o fazendeiro entregava a produção ao negociante de sua escolha, sem que os preços fossem estipulados previamente. Dependia da honestidade desse negociante para que vendesse a produção pelo melhor preço possível. Recebiam um adiantamento por conta e o restante após efetuada a transação definitiva, descontando ainda a despesa de intermediação, transporte e armazenamento. (Gorenstein 1993, p. 166)

Pelos registros em seus livros contábeis, parece que Silva Prado usava desse expediente na aquisição do algodão sertanejo e revenda para os exportadores. Em mais um registro em seu livro contábil, apresenta-nos o tipo de relação que era estabelecida com os produtores locais de algodão.

Tabela 4 – Financiamento da cultura e pagamento em produção em algodão

Caetité 27 de Abril de 1810 / O Sr. Antônio de Sz. ^a Maciel	[Valores]
Uma barra [ouro]	63\$960
Dinheiro em moeda	32\$000
Uma barra [ouro]	98\$000
[Valor financiado]	194\$060
Re.by 12 cargas a 12\$000	144\$000
R.s	50\$000
Re.by mais 3 a 16\$000	48\$000
R.s	2\$060
Dinheiro. Mais e 7 de Fev. ^o de 1811	20\$000
Um alqueire de Sal no mesmo dia	2\$500
Um Couro de boi	\$480
Dr. ^o que dei ao c. Agostinho	2\$000
Hum Chapéu ao C Silveira	2\$000
Dinheiro ao Jacinto	15\$000
	46\$420
R.cby duas Cargas q' foram 16\$000	32\$000
	14\$420
	9\$520
[Restos]	4\$900

Fonte: AESP – Livro de Registro Contábil de Antônio da Silva Prado (1810).

Por esse registro é possível estabelecer algumas considerações: a primeira é o financiamento do produtor com a concessão de créditos entregues em moedas e barras de ouro, além de outras formas, como o fornecimento de víveres e outros recursos.

A presença e a valorização crescente do dinheiro “amoedado” tem a ver com a conjuntura de rápida e forte depreciação do papel moeda e dos títulos emitidos pelo recém-criado Banco do Brasil. Essa instituição de crédito padecia de falta de reservas que constituíam o lastro financeiro, que tornavam pouco aceitáveis o papel-moeda e as notas de crédito na economia mercantil. De outro lado, como já demonstrado anteriormente,

havia o interesse dos produtores na conversão da riqueza produzida em ouro, o que se afirmava enquanto estratégia segura para a conjuntura.

Retomando a análise dos registros contábeis de Silva Prado, chama a atenção o fato de que as barras de ouro entregues ao produtor tenham valores diferentes, o que sugere duas prováveis situações. Primeiro, que tenham pesos diferentes e tenham sido cotadas pelos valores correntes da onça de ouro, como estabelecido pelo alvará publicado em setembro de 1808. Esse alvará determinava que “nas moedas que hão de circular, pagando-se a 1\$200 por oitava, valor com que atualmente corre”.

A segunda situação possível para os registros de ouro com valores inferiores não estava distante das realidades das negociações que se estabeleceram nos sertões: a adoção de uma cotação paralela do ouro, negociada entre o negociante e o produtor com ágio, o que proporcionava os lucros gerados pela especulação da moeda. Daí se apresenta, pois, uma das inúmeras estratégias de enriquecimento feitas a partir da atividade financeira dos negociantes.

Outra estratégia eram eventuais manipulações dos preços cotados por carga de algodão, no ato de abater a conta pendente do valor financiado ao produtor. Percebe-se, no primeiro momento, o recebimento de 12 cargas de algodão ao valor unitário de 12 mil réis, totalizando 144 mil réis no abate da dívida.

Considerando que cada carga possuía cerca de 5 a 6 arrobas de algodão (75 a 90 kg), e que cada carga era vendida em Salvador de 5 mil e duzentos a 7 mil réis a arroba, revela o forte deságio aplicado na quitação com o produtor (cerca de dois mil réis por arroba) (Spix; Martius, 1938). Adiante (ver Tabela 4), a quitação foi efetuada por um valor maior, cerca de 16 mil réis a carga. Assim se evidenciam, portanto, as estratégias para obter ganhos por meio de vários artifícios empregados por Silva Prado em suas relações mercantis com os produtores sertanejos.

Na estrutura econômica do contexto estudado, a atividade produtora rendia lucros em torno de 10 a 15% do valor investido na produção. Segundo os estudos de Alcir Lenharo, para o caso dos plantadores, os negociantes amealhavam a principal fatia do rendimento. Sendo um pouco mais vantajoso para o caso do algodão, que era plantado em regime consorciado com a economia policultural de subsistência, aliviavam-se com isso os custos na manutenção de escravos.

Para evidenciar, recorre-se novamente a Lenharo (1976, p. 84), que, ao tratar de período equivalente em seus estudos, sinaliza para a situação dos produtores e negociantes ou atravessadores do sul de Minas, que abasteciam o mercado carioca:

A preponderância do intermediário firmava-se no crédito concedido aos proprietários. A aquisição de escravos e seu pagamento com altos juros e a inexistência de poupança impediam os proprietários de se manterem independentes, mesmo porque permaneciam à mercê do comprador, seu intermediário. Desse modo, a baixa rentabilidade não permitiria aos proprietários a organização de uma economia com alta taxa de reprodução. Por outro lado, a rentabilidade também não se reduzia a um mínimo que tornasse proibitiva a produção. O certo é que aos intermediários era permitido sobrepor duas atividades lucrativas: a sua própria produção e a produção adquirida junto a outros produtores.

Os negócios com o algodão tocados por Silva Prado promoveram resultados com margens de lucros que ultrapassavam 40% do capital investido, mesmo considerando os altos custos com os transportes e o pagamento das taxas e impostos. Isso sinaliza que suas estratégias de negociação ultrapassavam os padrões mercantis do período (10 a 15% de lucros). Assim se explica por que, após sua mudança para solo paulista, Silva Prado não queria perder o controle de sua rede de negócios no sertão da Bahia, deixando seu irmão seguir negociando, embora percebesse que ele não tivesse as mesmas condições para os bons resultados que alcançara. Mais do que talento, faltava-lhe talvez capacidade de articulação e estabelecimento de uma rede mercantil, baseada em relações pessoais, que produzisse os efeitos que a relação creditícia exigia.

A análise dos registros contábeis de Silva Prado faz perceber um incremento crescente e significativo em seus negócios a partir de 1811 em território baiano, quando sua rede mercantil apparentava expandir-se e viabilizar novas oportunidades de rendimentos. Destacam-se também os papéis políticos que passou a ocupar na Câmara da Vila de Caetité, primeiro como almotacé, depois como procurador, vereador e, provisoriamente, como Juiz Ordinário, presidente do Conselho.

Além de incluir mercadorias como sal, venda e aluguel de burros, tecidos os mais variados, arroz, pregos, couros, espingardas e bacamartes, cavalos e bestas, escravos, tijolos e joias de ouro, percebe-se que a sua atividade principal era de financista. Os empréstimos, para os mais diversos fins, não sinalizam cobranças de juros de maneira explícita. Entretanto, percebe-se também que nos abatimentos e quitação de seus valores, os bens entregues podiam sofrer deságios, o que seria uma maneira ardilosa de operar com os ganhos na atividade financista.

Financiava-se tudo, até a logística completa das atividades tropeiras, como a que fez ao Sr. Agnelo Alves, em novembro de 1811, quando registrou o “*Dr. ° q' lhe emprestei p.ª gastos da Tropa 15\$000. R.cby em condução em 10 de Maio de 1812*”,¹³ o que demonstra uma atividade intensa feita a partir de uma escala de trocas que fazia girar a economia sertaneja. Comuns também eram os financiamentos às visitas que os sertanejos faziam a outras vilas para os mais diversos fins, até para atividades cotidianas as mais prosaicas. A escassez de moeda circulante nos sertões da Bahia fazia da atividade de Silva Prado um verdadeiro banco a se recorrer nas mais variadas situações. Isso, certamente, fortalecia a atividade rentista que exercia e o seu papel social e político na constituição de ampla rede de relacionamentos.

Entre os registros de pessoas distintas da Vila de Caetité, a exemplo de clérigos, juízes, fazendeiros e outros comerciantes, incluíam-se também pessoas de outras localidades do Alto Sertão da Bahia, como Monte Alto, e outros locais da vizinha vila do Urubu de Cima, ou mesmo das vilas e povoados próximos ao porto da Cachoeira, como S. Pedro da Muritiba e São Félix, porto final de destino dos produtos sertanejos.

Os tropeiros, geralmente, eram proprietários de seus comboios de mulas e prestavam serviços aos principais negociantes plantadores de algodão no translado desse artigo. Incluíam-se ainda nessa relação pessoas como o “Criolo Maximiniano”, que não se sabe se era escravo ou forro, mas que estava envolvido com o negócio das tropas, o que rendeu o seguinte registro:

¹³ APESP – Livros de registros Contábeis de Antônio da Silva Prado.

Tabela 5 – Financiamento de Silva Prado a tropas

Caetité 9 de Julho de 1811 / O Crioulo Maximiliano	[Valores]
Na Tropa de Manoel. Ribr. ^o um burro	40\$000
R.cby no mesmo dia	10\$000
R.s [resto]	30\$000
Dr. ^o q' emprestei em 17 de 8bro	1\$600
Rs. [resto]	31\$600
	1\$600
R.cby em 20 de Abril de 1812.	20\$960
R.cby no aluguel de dois burros	6\$400
Uma Mula estrela	14\$560
R.s / 8 [resto]	40\$000
	54\$560

Fonte: APESP – Livro de Registro Contábil de Antônio da Silva Prado (1810).

Provavelmente agindo a serviço de seu proprietário, na condição de escravo de confiança, ou responsável por tropas de outrem como Manoel Ribeiro, este financiado por Silva Prado e os outros dois alugados por ele, foi remunerado pelo serviço de condução. A condução de tropas e boiadas exclusivamente por escravos era algo relativamente frequente. As grandes jornadas, desgastes da viagem e trabalho pesado exercido pelos tropeiros exigiam mão de obra escrava atuando, por vezes, junto aos tropeiros negociantes ou mesmo assumindo as responsabilidades nessas missões.

Novamente, em registro datado de 12 de agosto de 1812, verifica-se a transposição da pendência anterior que restava do financiamento de “Maximiniano, Crioulo da tropa de S.^a Ribr.^o”, que totalizava 54\$560 amortizados até o final do ano seguinte de 1813, com abatimentos em dinheiro e cargas de sal. Para a mesma data de agosto de 1812, registra-se também financiamento a “Franc.co de Alvin, Crioulo na Tropa do Fr. Jose da S.^a Ribr.^o / dr.^o resto de um burro p^a pagar em 20 de Jan^o de 1814 de resto de um credito N^o 9 -11\$500”.¹⁴ Constatase, com isso, a relação mercantil corriqueira de Silva Prado com os “crioulos” que participavam como escravos ou agregados à tropa de alguém dotado de influência social que, certamente, lastreava essa relação.

¹⁴ APESP – Livro de Registro Contábil de Antonio da Silva Prado.

O registro de um financiamento a uma tropa, destinada ao transporte de gêneros dos sertões para os portos do litoral da Bahia, dá exata dimensão do volume e natureza dos gastos dessa empreitada. Esse registro apresenta também os preços dos gêneros financiados praticados nos sertões, a natureza da alimentação consumida pelos tropeiros, os recursos para a tropa vencer tamanha distância, os apetrechos utilizados e a logística de deslocamento. Segue o detalhe registrado por Silva Prado, em seu livro de registro contábil, em 12 de janeiro de 1813.

Tabela 6 – Gastos com tropas feito por Silva Prado

Despesa q' faço com a tropa de José Pereira dos Santos Seg.te	[Valores]
Dr.º para o Arrieiro	1\$280
Dito mais p. ^a duas vezes	1\$280
Dito p. ^a farinha c feijão	\$640
Uma arroba de toicinho	3\$200
10 Alqueires de milho	3\$200
Pasto no Cercado de Ant. ^º Joaquim	\$920
Dr.º q' dei ao Arrieiro p. ^a a despesa	20\$000
Por 30 Alq. ['] de sal q' deu Jose Joaquim de Figr.do a \$640	19\$200
Por 20 Surrões p. ^a encoirar a \$160	3\$200
Dr.º p. ^a 8 libras de Carne	\$400
1/4 de farinha	\$160
1/4 de feijão	\$160
3 alq. ['] de milho a \$480	1\$440
1/4 de farinha	\$160
1/2 Alq. ['] de farinha	\$320
1/4 de feijão	\$320
6 1/4 de milho a \$480	2\$940
1 @ 4lbs de toicinho a100	3\$600
Dr.º para gastos	17\$000
3 Varas de pano de Algodão	\$480

(continua)

Tabela 6 – Gastos com tropas feito por Silva Prado

Despesa q' faço com a tropa de José Pereira dos Santos Seg.te	[Valores]
Por 25 alq. ¹ de Sal a 640	16\$000
27 Malas a 160	3\$360
Dr. ^o para a despesa	12\$000
r 25 alq. ¹ de Sal a 640	16\$000
21 Surrões a 960	3\$360
Dr. ^o para a despesa	6\$400
Dr. ^o p. ^a o Domingos	\$320
Dr. ^o p. ^a o Bernardino	\$320
	139\$620

Fonte: AESP – Livro de Registro Contábil de Antônio da Silva Prado (1810).

Tais registros permitem um estudo sobre os preços e o sistema de medidas utilizadas na economia mercantil sertaneja. Essas informações acerca dos financiamentos para a manutenção de tropa apresentam preços do feijão, farinha, milho, toucinho, sal, carne e algodão.

As unidades de medidas mais utilizadas eram o alqueire e as suas variantes (quarta, meia quarta etc.), como medida de capacidade utilizada para milho, farinha, sal e feijão. Para as medidas de peso, utilizava-se a libra para valores menores, como a carne e o toucinho vendidos no comércio miúdo para abastecimento dos mercados locais, e a arroba como unidade de peso para comércio em maior escala, como carne, algodão e sal.¹⁵ A vara ou braça, como medida de comprimento, por exemplo, no comércio de tecidos, tinha extensão na Bahia de cerca de 2,20 metros.¹⁶ Os surrões e malas eram caixas feitas em couro com dimensões diferentes, utilizadas no lombo das mulas das tropas para carregar grãos, rapadura, carnes, e objetos de cozinha utilizados pelos tropeiros.

¹⁵ Kátia Mattoso (2004) indica algumas dessas medidas. A arroba é calculada em 14,74560 kg. O alqueire possuía 36,27 litros. Naturalmente, meio alqueire corresponde a 18,135 litros e uma quarta, 9,0675 litros.

¹⁶ Para ver detalhes sobre o sistema de pesos e medidas adotados na economia colonial brasileira, consultar: Costa (1944) e Moura Filho (2009).

Além de algodão, que era o principal produto dos negócios, capaz de gerar o maior volume de rendimentos, verifica-se em seus registros contábeis os já citados negócios com tecidos e objetos de uso pessoal, muares e cavalos, sal, pólvora e escravos. Alguns gêneros registrados no comércio tropeiro são destacáveis. Um deles – o sal – chama a atenção pelo seu caráter um tanto quanto inusitado, considerando que sempre fez parte dos produtos estancados pelo Coroa. A extinção do estanco em 1801 e a crise de abastecimento desse gênero relacionado a algumas atividades abriram espaço para a exploração do seu comércio, dado os preços gerados pelo mercado em decorrência da escassez (Aidar, 2016).

A seguir, uma tabela com o volume de cargas de sal negociadas por ele em março de 1814:

Tabela 7 – Relação de cargas de sal negociadas por Silva Prado em 1814

Conta do Sal q' mando busca em Casa do Sr. Manoel Ignácio Roiz o Seg.te.		
Ao Guarda Mor Sinal 8 Cargas	a 4\$000	16 alq.
Ao Bomfim 3 @	a 4\$000	7
A Ant. ^o Gil 1 @	a 4\$000	2
Ao Filo 2 @	a 4\$000	4
Uma Carga q' trouxe		
(...) José 1 @	a 5\$000	2
A Manoel José 1 @	a 4\$000	2
72 d. ^o p. ^a as duras do meu Mano		72
		3:3 z
Dio 20 alq.' a 2\$000	40\$000	20
		13 z

Fonte: AESP – Livro de Registro Contábil de Antônio da Silva Prado (1810).

A tabela apresenta os registros do comércio de sal feito por Silva Prado, que, embora apresente números modestos, revela a presença desse item como recurso que ampliava o portfólio de gêneros negociados por ele. Com isso, ampliavam-se as relações de dependência dos fazendeiros

sertanejos em relação aos seus empórios nos sertões e, consequentemente, a sua capacidade de controle dos negócios aí estabelecidos. Busca-se, pelo aprofundamento das análises sobre os registros contábeis de Silva Prado, apresentar com maior detalhamento a trama mercantil empreendida por ele no comércio algodoeiro dos sertões da Bahia.

Ao analisar o livro de contas correntes de Silva Prado (1810-1818), entre os gêneros de comércio que empreendia com a população local, percebe-se uma frequência de ouro e prata. Essa observação sugere que, considerando a pequena margem de presença do meio circulante em moedas, a economia mercantil optava por imobilizar parte da riqueza com a aquisição desse tipo de artigos, conforme se observa em um registro feito em 15 de maio de 1810, discriminado na tabela a seguir.

Tabela 8 –Tipos e valores de bens adquiridos a Silva Prado

O Sr. Antônio Sz. ^a Maciel levou pender o Seg.te	[Valores]
Uma Medalha Colar de oiro pequena por	16\$200
Um par de brincos	10\$000
15 palmos de Cordão ouro 13/8 e ¾	22\$850
Uma Medalha com Colar	70\$200
R.cby em 1 de 8br. ^o 1 Carga por	16\$000
[TOTAL DA COMPRA]	54\$200
R.cby em 26 de Dez. ^o	15\$000
[VALOR LIQUIDO A RECEBER]	39\$200

Fonte: AESP – Livro de Registro Contábil de Antônio da Silva Prado (1810).

Considerando que esse era um recurso de boa liquidez, os artigos de ouro livravam os seus proprietários de eventuais riscos de desvalorização provocados pelos papéis-moedas ou títulos emitidos pelo Banco do Brasil, que à essa época era um meio circulante muito comum. Em suas anotações percebe-se a aquisição dos objetos em ouro e o abatimento de seus valores com a entrega de cargas de algodão. Esses registros remetem à utilização do ouro, não apenas como matéria-prima a partir da qual se constituíam objetos de consumo que atendiam aos plantadores de algodão, mas também como base monetária sobre a qual se estabelecia o comércio nos sertões da Bahia.

4. Considerações finais

Ao apreciar a documentação contábil de Antônio da Silva Prado, evidencia-se o papel do financiamento próprio ou interno, com base no giro mercantil produzido pela exportação da lavoura algodoeira do Alto Sertão da Bahia. Por isso, negociantes que operavam ao modo de Silva Prado eram importantes ao promoverem uma conexão com os mercados externos, que da Bahia se conectavam ao comércio atlântico. O volume exportado demonstra a relevância desse gênero na economia dos sertões da Bahia, cujo montante expressava a conversão dos gêneros exportados em capital amoedado, indispensável para o refinanciamento da própria lavoura ou no incremento de outras atividades agrícolas e comerciais.

Conclui-se que os produtores de algodão, em suas relações mercantis, não consumiam apenas gêneros de primeira necessidade na correspondência com os gêneros exportados. Eles promoviam a conversão de seus rendimentos em dinheiro amoedado e artigos de ouro e prata, como estratégia de conservação e multiplicação da riqueza. Esses artigos de ouro e prata eram integrados à riqueza da família e disponibilizados para saldar dívidas ou financiar a aquisição de novos bens, como escravos e animais, ou ainda como dotes na constituição de casamentos e integrados aos espólios que constavam dos testamentos. Assim, fazia-se algum tipo de conversão de capital pelo ato de adquirir joias e artefatos em ouro ou prata. Assim, também, fazia-se a riqueza, produzida, multiplicada e acumulada nas famílias sertanejas, associadas às atividades de produtores e negociantes que eram os sujeitos que controlavam esse fluxo mercantil.

Referências

ACERVO DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO (APESP). *Livro de Contas Correntes de A.S.P (1810-1819)*. Fundo: Barão do Iguape. 1818-1821. PRADO, Antonio da Silva Prado – Barão do Iguape/ Grupo: Documentação de Trabalho/ Subgrupo: Contabilidade. Cód. IHGSP 063.

AIDAR, B. A abolição do Estanco do Sal e a arquitetura de poderes na Capitania de São Paulo, 1795-1806. Revista de História v. 00, n. 174, p. 161-197, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2016.115376>>.

ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL DE CAETITÉ (APMC). Série: Livro 1º das arrematações e fianças da Camera, 1814. Maço 5. Cx. -1

ARRUDA, J. J. de A. *O Brasil no comércio colonial, 1796-1808: contribuição ao estudo quantitativo da economia colonial*. São Paulo: USP, 1972 (Tese de Doutorado em História da USP).

ARRUDA, J. J. de A. *O Brasil no comércio colonial, 1796-1808: contribuição ao estudo quantitativo da economia colonial*. São Paulo: Ática, 1980.

BARICKMAN, B. J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BITENCOURT, J. de S. “*Memórias sobre a plantação dos algodões e sua exportação; sobre a decadência da lavoura de mandioca no termo de Camamu, Comarca de Ilhéus, Bahia apresentada e oferecida ao Príncipe do Brasil*”. Lisboa: oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1798.

CALÓGERAS, J. P. *La politique monétaire du Brésil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1910.

CARRARA, Â. A. O crédito no Brasil no período colonial: uma revisão historiográfica. *Revista Varia História*, v. 36, n. 70, p. 15-51, 2020.

CHAVES, C. M. das G. O mercado colonial: a construção de um espaço interno. *História econômica & História de empresas*, v. 6, n. 2, p. 75-95. 2003.

COSTA, I. del N. da. *Pesos e medidas no período colonial brasileiro: denominações e relações*. Livreto distribuído por “Tecnoquímica Limitada”. São Paulo: Primax, 1944.

FLORY, R. J. D. *Bahian Society in the mid-colonial period: the sugar planters, tobacco growers, merchants, and artisans of Salvador and the Recôncavo, 1680-1725*. Austin: UT, 1978 (Tese de Doutorado da UT).

FRAGOSO, J. L. R. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

FRAGOSO, J. L. R. Mercados e negociantes imperiais: um ensaio sobre a economia do império português (séculos XVII e XIX). *História: Questões & Debates*, n. 36, p. 99-127, 2002.

GUIMARÃES, C. G.; SARAIVA, L. F. (Org.). *Crédito e descrédito: relações sociais de empréstimos na América, séculos XVIII ao XX*. Niterói: Eduff, 2018.

HARLEY, C. K. *Prices and profits in cotton textiles during the industrial revolution*. 2010. Disponível em: <https://www.economics.ox.ac.uk/materials/working_papers-/2274/harley81.pdf>.

KRICHTAL, A. *Liverpool and the Raw Cotton Trade: A Study of the Port and its Merchant Community, 1770-1815*. Wellington: VUW, 2013 (Dissertação de Mestrado da VUW).

LENHARO, A. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979.

LUGAR, C. *The merchant community of Salvador, Bahia, 1780-1830*. Nova York: SUNY, 1980 (Tese de Doutorado da SUNY).

MARTINHO, L. M.; GORENSTEIN, R. *Negociantes e caixeiros na sociedade da Independência*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes; Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural; Divisão de Editoração, 1993.

MATTOSO, K. Conjuntura e sociedade no Brasil no final do século XVIII: preços e salários às vésperas da Revolução dos Alfaiates, Bahia, 1798. In: MATTOSO, K. *Da Revolução dos Alfaiates à riqueza dos baianos no século XIX: itinerário de uma historiadora*. Salvador: Corrupio, 2004.

MATTOSO, K. de Q. *Da Revolução dos Alfaiates à riqueza dos baianos no século XIX: itinerário de uma historiadora*. Salvador: Corrupio, 2004.

MELO, F. S. *O negócio de Pernambuco: financiamento, comércio e transporte na segunda metade do século XVIII*. São Paulo: USP, 2017 (Dissertação de Mestrado em História Econômica).

MOURA FILHO, H. P. de. *Pesos e medidas no Brasil oitocentista*. Arquivo digital da ABPHE. 2009. Disponível em: in: <<https://www.abphe.org.br/arquivos/heitor-pinto-de-moura-filho.pdf>>.

PESAVENTO, F. Até que a confiança nos separe: as redes transimperiais e o mercado de crédito do Rio de Janeiro durante a segunda metade do século XVIII. In: GUIMARÃES, C. G.; SARAIVA, L. F. *Crédito & descrédito: relações sociais de empréstimos na América – séculos XVIII e XIX*. Eduff: Niterói, 2018.

PETRONE, M. T. S. *O Barão do Iguape: um empresário da época da Independência*. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, 1976.

PRADO JÚNIOR, C. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo: Martins, 1942.

SAMPAIO, A. C. J. de. O mercado carioca de crédito: da acumulação senhorial à acumulação mercantil (1650-1750). *Economia e Sociedade*, v. 1, n. 29, 2002.

SANTOS, A. F. da S. dos. É fiado ou em dinheiro de contado?: *crédito e moeda na Bahia colonial*. São Paulo: Alameda, 2022.

SILVA, Z. R. da. *Uma Vila na periferia do Império: Vila nova do Príncipe e Santana de Caetité, 1810-1821*. Volume II; Economia e Territorialidade no Alto sertão da Bahia. Rio de Janeiro: Pod Editora, 2023.

SIMONSEN, R. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.

SPIX, J. B. von; MARTIUS, K. F. P. von. *Através da Bahia*. São Paulo; Rio de Janeiro; Recife; Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1938.